

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Clara Meleiro Westin

A política externa norte-americana para Israel na década de 1960: perspectivas tradicionalistas
e alternativas de análise.

São Paulo
2024

Clara Meleiro Westin

A política externa norte-americana para Israel na década de 1960: perspectivas tradicionalistas e alternativas de análise.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Rodrigo Augusto Duarte Amaral.

São Paulo

2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Rodrigo Amaral, pelo apoio durante a elaboração e escrita desta pesquisa. Meu processo foi bastante atípico, e sua orientação foi fundamental para que essa pesquisa tomasse a forma atual. Durante a graduação, tive a oportunidade de aprender mais sobre sua agenda de pesquisa, o que despertou meu interesse na pesquisa acadêmica e pelo estudo do Oriente Médio sob uma perspectiva crítica.

Também sou imensamente grata a todos os professores que tive ao longo da graduação, que me apresentaram visões de mundo complexas e valiosas, sempre com muita seriedade e dedicação. Espero que esta pesquisa reflita um pouco do entusiasmo e aprendizado que tive nesses quatro anos. A formação em Relações Internacionais na PUC-SP é excepcional, e todo o meu reconhecimento vai ao quadro docente, que tanto contribuiu para isso.

Aos meus pais, deixo meu agradecimento especial. Obrigada por todo o suporte diário no desenvolvimento da pesquisa, na escrita e nos debates que influenciaram nas minhas futuras agendas de pesquisa. Fazer essa graduação, nesses moldes e nesse momento, foi um verdadeiro presente, e sou muito grata por terem me proporcionado essa formação.

RESUMO

WESTIN, Clara Meleiro. **A política externa norte-americana para Israel na década de 1960**: perspectivas tradicionalistas e alternativas de análise.

Os Estados Unidos (EUA) são o país que mais apoiou o Estado de Israel política, militar e economicamente desde sua criação em 1948, apesar da conflituosidade da região do Oriente Médio decorrente da sua independência. Embora existam debates quanto às origens e os fatores que impulsionaram a política externa norte-americana para uma aliança com Israel, a década de 1960 é amplamente considerada, na academia, como o período de consolidação dessa relação bilateral. Nesse contexto, este presente estudo busca examinar a política externa americana para Israel na década de 1960 sob distintas perspectivas teóricas, visando sistematizar as diversas compreensões da natureza da relação entre os EUA e Israel na literatura especializada sobre a política externa norte-americana no Oriente Médio e em Israel. Para tanto, serão abordadas, em primeiro plano, as relações regionais entre os EUA e os países árabes, os consequentes conflitos militares, a disputa política decorrente da Guerra Fria, os interesses estatais dos EUA e de Israel, e a questão palestina perante a comunidade internacional, entre as décadas de 1950 e 1960. Os capítulos finais examinam as argumentações na literatura sobre as motivações dos EUA em consolidar uma relação especial com Israel de forma comparativa. Foram sistematizadas três vieses de análise presentes na literatura: a tese única do lobby, os interesses estratégicos norte-americanos na região e uma terceira que reuniu essas duas perspectivas de forma complementar. Propõem-se uma pesquisa qualitativa descritiva *case-centric*, baseada em uma revisão bibliográfica abrangente da produção acadêmica.

Palavras-chave: Política Externa; Estados Unidos; Israel; Teorias de Relações Internacionais; Lobby Israelense.

ABSTRACT

WESTIN, Clara Meleiro. **The North American foreign policy toward Israel in the 1960s: traditionalist perspectives and alternative analyses.**

The United States (U.S.) has been the country that has most politically, militarily, and economically supported the State of Israel since its founding in 1948, despite the conflicts in the Middle East stemming from Israel's independence. Although there are ongoing debates regarding the origins and factors driving U.S. foreign policy toward an alliance with Israel, the 1960s are widely regarded in academia as the period of consolidation of this bilateral relationship. In this context, the present study aims to examine U.S. foreign policy toward Israel in the 1960s from various theoretical perspectives, aiming to systematize the diverse understandings of the nature of the U.S.-Israel relationship in the specialized literature on U.S. foreign policy in the Middle East and Israel. To this end, the study will first address U.S. relations with Arab countries in the region, resulting military conflicts, the political disputes arising from the Cold War, the state interests of both the U.S. and Israel, and the Palestinian question within the international community between the 1950s and 1960s. The final chapters examine the arguments in the literature about U.S. motivations in consolidating a special relationship with Israel in a comparative manner. Three analytical perspectives present in the literature were systematized: the single-lobby thesis, U.S. strategic interests in the region, and a third view that combines these two perspectives complementarily. A descriptive, case-centric qualitative research approach is proposed, based on a comprehensive bibliographic review of academic literature.

Keywords: Foreign Policy; United States; Israel; International Relations Theories; Israel Lobby.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 CONTEXTO HISTÓRICO DA DÉCADA DE 1960 E ANTECEDENTES.....	11
3 AS CONTRIBUIÇÕES DO LOBBY ISRAELENSE E SUA REJEIÇÃO COMO BASE DA ALIANÇA ENTRE EUA E ISRAEL.....	16
3.1 A Tipologia da Teoria Realista.....	16
3.2 A tese do lobby israelense na PEx norte-americana para Israel.....	18
3.3 Os Interesses Estratégicos: poder e segurança.....	22
3.4 Teorias divergentes em que o lobby prevalece na PEx americana.....	24
4 ABORDAGENS ALTERNATIVAS NA ANÁLISE DA RELAÇÃO BILATERAL ENTRE OS EUA E ISRAEL.....	27
4.1 As perspectivas Críticas e Marxistas.....	27
4.2 Teoria Liberal e as Crenças Sociais.....	30
4.3 Perspectivas recentes da relação bilateral.....	32
5 CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

A criação do Estado de Israel representou um processo controverso para o consenso internacional (Thies, 2013). Partindo do colapso do Império Otomano e do estabelecimento de um mandato britânico sob a Palestina, o processo de nacionalização e auto-determinação sionista teve em seu núcleo a deslocação da população Palestina árabe. Além disso, o apoio político inglês e da Organização das Nações Unidas (ONU) foram vistos, pelos árabes palestinos e vizinhos do Oriente Médio (OM), como uma traição internacional (Beinin; Hajjar, 2014).

Declarada a independência de Israel em maio de 1948, se seguiu uma série de conflitos entre os países vizinhos árabes contra o recém-declarado país. Entre 1948 e 1949, Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e Arábia Saudita deram início à Primeira Guerra Árabe-Israelense contra o Estado de Israel. Após esse primeiro conflito, outros seguiram, cronologicamente, na Guerra do Sinai, mobilizando Egito e Israel em 1956; a Guerra dos Seis Dias, mobilizando Egito, Síria, Jordânia e Iraque contra Israel (1967); e a Guerra Yom Kippur, entre Egito e Síria contra Israel, em 1973. Em alguma medida, esses conflitos questionavam a independência do Estado israelense, podendo ser consideradas “guerras de sobrevivência” do ponto de vista de Israel (Thies, 2013).

Em meio a essas controvérsias, os Estados Unidos (EUA) foram o primeiro país a reconhecer o recém Estado declarado (Masters; Merrow, 2024), estabelecendo uma relação diplomática imediata. Os EUA também agiram ativamente para a assinatura de um acordo de paz entre Israel e Egito, no que obtiveram sucesso em 1979 pela sua mediação no acordo de paz de Camp David. Partindo de um segundo acordo de paz entre Israel e Jordânia, em 1994, a relação de conflito entre os vizinhos do OM passou gradualmente por um processo de pacificação (Beinin; Hajjar, 2014) e, mais recentemente, os Acordos de Abraão, firmados entre Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Sudão, Marrocos e Israel, em 2020. Os acordos, entre outras funcionalidades, encerraram o estado de guerra que existia entre os países com Israel desde a guerra de 1948 e estabeleceram relações diplomáticas e econômicas entre si e com os EUA. Posteriormente a 1979, houve uma diminuição drástica de conflitos militares com outros países árabes e uma desarticulação da atuação árabe na causa palestina. Os posteriores conflitos foram travados apenas entre Israel e Líbano, em 1982, 2006 e 2024.

É marcante a mudança da atuação dos países árabes para com Israel e com o espaço palestino, bem como a presença estrangeira dos EUA mediando e pressionando por acordos de paz. Desde a declaração de independência de Israel, os EUA já possuíam alianças com

países no entorno, relações de Estados-clientes, e sua atuação positiva com Israel se tornou um ponto de tensão na relação diplomática com os países árabes, podendo ser vista no governo Eisenhower. Apesar disso, os EUA forneceram ajuda militar e econômica, além de progressivo apoio político a Israel (Chomsky, 1983). A região não foi neutra à Guerra Fria e a União Soviética (URSS) e os EUA rivalizavam pelo estabelecimento e manutenção de regimes satélites com países do OM. A Guerra Fria foi um elemento central como diretriz para a construção da PEx americana durante sua duração (Anderson, 2015) e muitas das tensões citadas acima. Os EUA passaram a agir no OM com a premissa da disputa Leste e Oeste e Israel e, nesse contexto, passou a assumir uma posição pró-EUA no final da década de 1950. Assim, no contexto das tensões políticas regionais e da Guerra Fria, é notável a proximidade que os EUA desenvolvem com Israel como aliado.

Na academia, discussões quanto à base da relação bilateral Estados Unidos-Israel são de longa data. Como um assunto altamente politizado, as interpretações variam significativamente. De forma sucinta, podemos identificar três grandes visões sistemáticas de análise da PEx americana para Israel: 1) uma que compreende a atuação americana como advinda do lobby israelense¹. Neste debate, Mearsheimer e Walt (2007), Anderson (2015), Weir (2014) e Hafez (2015) se mostram atores relevantes; 2) uma segunda que visualiza que a atuação americana tem como base os interesses estatais estadunidenses, tais como a garantia do acesso à óleo e alianças militares e econômicas. Dessa forma, Israel se tornaria um “recurso estratégico” aos EUA. Al Sarhan (2017), Thies (2013) e Mead (2007) são autores chaves para essa visão centralizada no Estado; 3) uma que reconhece a atuação do lobby israelense como elemento da política americana, mas argumentam que, apesar de sua existência, não o consideram como elemento singular da PEx norte-americana. Chomsky (1983), Elgindy (2019), Bar-Siman-Tov (1998) e Thomas (2007), Waxman (2017), Aridan (2017) representam esta visão.

Nota-se que a primeira interpretação é reiteradamente recorrida entre as análises especializadas da PEx norte-americana para Israel. Essa frequência é notada em revistas de grande alcance nos Estados Unidos e no estudo ocidental, como é o caso da revista *Foreign Policy*. A partir de uma revisão bibliográfica mais recente da revista, bem como as bases teóricas que influenciaram essa linha teórica, busca-se compreender as conclusões quanto à atuação do lobby como elemento central para compreender a posição dos EUA perante Israel.

¹ Conceito que varia enormemente em definição mas que pode ser sumarizado em atores de origem israelense, ligados ao movimento sionista, que influencia as instâncias políticas e governamentais responsáveis pela definição e implementação da política externa americana (Mearsheimer; Walt, 2007; Thomas, 2007).

Dessa forma, não é o objetivo central do estudo discutir o panorama atual da aliança, mas a utilização de estudos recentes que elenque elementos relevantes pode elucidar as análises da aliança na década de 1960. Ademais, sua relevância se dá para avaliar a predominância de interpretações teóricas acerca do tema.

Apesar das diferentes interpretações quanto às bases da PEx americana para Israel e a relação bilateral desenvolvida, há complementaridades em relação aos marcos temporais para o desenvolvimento da aliança bilateral. Nesse sentido, a década de 1960 é discutida amplamente entre as diferentes correntes da literatura como a década de maturação da relação bilateral, na qual se estabelece uma “relação especial” (Anderson, 2015; Bar-Siman-Tov, 1998; Ben-Zvi, 2002; Chomsky, 1983; Mearsheimer; Walt, 2007; Thomas, 2007). Para essa convergência temporal nos estudos da PEx americana para Israel, os autores assumem premissas diferentes, como atores relevantes, interesses e fatos históricos anteriores. Por isso, busca-se analisar como um tema controverso tem na década de 1960 tantas conclusões similares. Ou seja, quais são as premissas mobilizadas, arcabouços teóricos e marcos históricos elencados como relevantes para cada uma das abordagens citadas acima.

Dessa forma, o presente estudo busca sintetizar os estudos na temática à partir das suas variadas corrente teóricas, nos voltando à estudos especializadas de RI em PEx norte-americana, ciências políticas e história a fim de compreender as bases teóricas mobilizadas pela academia para compreender a relação entre os EUA e Israel. Em segundo plano, será analisada a revista *Foreign Policy*, que realiza análises de PEx norte-americana e que possui grande alcance nos EUA atualmente. Dessa forma, combinando perspectivas na academia e em análises especializadas de grande influência, busca-se averiguar quais são as perspectivas hegemônicas nesta temática.

Para além desta introdução, a pesquisa está dividida em 3 seções e uma conclusão. No primeiro capítulo, será feito uma breve contextualização histórica acerca dos principais acontecimentos da década de 1960 na política externa estadunidense no OM e da relação bilateral, de forma mais factual, e importantes antecedentes da década de 1950 para compreendermos o período estudado. Dessa forma, nos dedicamos especificamente à PEx dos governos Dwight D. Eisenhower (1953-1961), John F. Kennedy (1961-1963) e Lyndon B. Johnson (1963-1969). Por meio desta contextualização, busca-se pontuar os principais acontecimentos que serão postos em análise nos consequentes capítulos. Os principais elementos deste capítulo são: a Guerra Fria e como ela definiu a PEx americana durante o período na região; a política interna norte-americana voltada para Israel, especialmente, discussões na esfera política, no que diz respeito a liberação de recursos financeiros e

militares a Israel, e apoio político, por meio de discursos oficiais.

Em seguida, dedica-se o segundo capítulo ao estudo da tese do lobby israelenses. O capítulo está dividido em duas fases. Em primeiro plano, aos defensores desta tese, partindo de Mearsheimer e Walt (2007) e Anderson (2015), estudos mais atuais quanto ao desenvolvimento do lobby em Weir (2014), Hafez (2015) e, por fim, sua utilização na revista *Foreign Policy*. O segundo segmento dedica-se à refutação, por parte da academia, da tese do lobby israelense, por meio das obras de Al Sarhan (2017), Thies (2013) e Mead (2007), que possuem visões estado-cêntricas.

O terceiro capítulo dedica-se aos estudos alternativos da aliança EUA-Israel, partindo de estudos que elencam o lobby israelense como elemento relevante entre um panorama plural de atores e correlações. Busca-se comparar as abordagens teóricas mobilizadas entre cada autor e os diferentes pesos atribuídos aos eventos descritos no primeiro capítulo, conforme a agência dos atores envolvidos. A análise comparada de distintas perspectivas teóricas sobre o mesmo tema, entre os capítulos dois e três, busca oferecer uma compreensão integral da PEx americana para Israel na década de 1960.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA DÉCADA DE 1960 E ANTECEDENTES

Durante a década de 1960, a formulação da PEx norte-americana estava vinculada à Guerra Fria. Este "consenso da Guerra Fria" (Chomsky, 1983) moldou suas diretrizes com o objetivo central de frear a expansão da influência soviética no mundo. No OM, desde a década anterior, a região tornou-se uma grande preocupação para os EUA à medida que a União Soviética passava a exercer influência na região, pois não havia um “esquema global para a região” (Anderson, 2015, tradução nossa).

Desde o começo da década de 1950 no OM, os EUA tinham sua atenção voltada ao Irã como principal aliado e atuavam ativamente para a manutenção de um regime pró-EUA. Desde 1951, como o segundo maior produtor de petróleo do mundo, o Irã foi palco de duras mudanças na política interna após nacionalizar a indústria petrolífera anteriormente controlada pelo Reino Unido. Em 1953, o apoio estadunidense e britânico levou a um golpe e à formação de um governo pró-ocidente. Como consequência, grupos opositores ao regime, incluindo comunistas e islâmicos, foram duramente reprimidos. Embora a influência soviética tenha sido limitada, a URSS apoiou indiretamente grupos opositores de esquerda. O que desenvolveria na Revolução Iraniana de 1979 levou ao poder forças islâmicas, sem uma filiação clara à URSS, mas sua iniciativa era largamente preocupante para os EUA.

Para além do Irã, a nacionalização do canal de Suez pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser (1956-1970) dividiu a atenção dos EUA e Reino Unido, no que viria a se escalonar na Guerra do Sinai. Sob o pretexto de enfraquecer o poder regional egípcio frente ao descontentamento que a nacionalização causou no poder colonial oriental, Israel invadiu a Península do Sinai, em 1956. Fundamentando-se em dividir as tropas egípcias e israelenses, o Reino Unido, em aliança com a França, bombardearam o Egito em retaliação. Sob pressão diplomática estadunidense e soviética, porém, a França e o Reino Unido foram coagidos a se retirarem do Egito e foi formada, através da Resolução 1001 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), uma força de paz da ONU para manter a paz na Península, que atuou entre 1956 e 1967. Neste conflito, Israel capturou Gaza e a Península do Sinai, mas foi pressionado a se retirar por pressão internacional dos EUA e da URSS e retornou para as linhas do armistício de 1949.

Em torno desse contexto político, a PEx americana durante a administração de Dwight D. Eisenhower (1953-1961) no OM foi preocupada com o avanço da influência soviética e em “induzir poderes regionais como Egito e Iraque a se alinharem aos EUA (...) provendo um generoso suporte militar e econômico” (Ben-Zvi, 2002). Com foco primordialmente em

estabelecer confiança com os países árabes, os EUA evitaram tomar uma posição pró-Israel. Apesar do envio de alguns armamentos ao longo de 1953 e 1961, os EUA negaram pedidos israelenses de armas substanciais, das quais poderiam ser vistas como uma mudança da balança de poder na região pelos países árabes, principalmente em relação ao Egito devido às tensões no Sinai. Dessa forma, durante a década de 1950, parte do envio de financiamento econômico norte-americano era revertido em compra de armamento de parceiros norte-americanos, como França e Reino Unido, sob o apoio e incentivo dos EUA. Somado a isso, frente a disputa da Guerra Fria, Israel manteve uma postura de neutralidade ideologicamente, acreditando atender aos interesses geopolíticos israelenses. Essa postura acrescentava na tensão da administração Eisenhower em cultivar relações diplomáticas mais próximas com Israel.

Conforme argumenta Ben-Zvi (2002), a postura dos EUA passou a mudar em 1958, quando Israel autorizou o uso de seu espaço aéreo por parte dos Estados Unidos e Inglaterra para uma intervenção na Jordânia devido a instabilidades locais, envolto na Guerra Fria e no pan-arabismo promovido pelo presidente Nasser. Neste período, Israel estaria alterando sua estratégia de PEx, prevendo o declínio de sua aliança com a França desde a década de 1950 e vendo, nos EUA, um parceiro confiável (Thies, 2013), para o fornecimento de armas e patrocínio (Ben-Zvi, 2002). No final da administração Eisenhower (1960-1961), os formuladores da PEx americana mantiveram sua posição de não envio de armamento pesado para Israel, porém mantiveram o apoio de fornecimento de parceiros ocidentais. Diplomáticamente, porém, se inaugurou uma “parceria, desestruturada e embrionária” com Israel (Ben-Zvi, 2002).

No começo da década de 1960, o OM era um epicentro da rivalidade da Guerra Fria por poder global e influência (Beinin; Hajjar, 2014). Israel, neste contexto, já desfrutava de investimento norte-americano para desenvolvimento econômico, porém em uma escala menor antes da década de 1970. Entre 1948 e 1959, os EUA concederam financiamento econômico a Israel para lidar com a crise migratória judaica advinda de países árabes e venda de commodities excedentes. De 1960 até 1985, os EUA aplicaram empréstimos como forma de ajuda econômica e mantiveram a venda de commodities excedentes. Israel também comprava armamento americano desde 1962 e, apenas em 1974, após o conflito de Yom Kippur, passaria a receber financiamento militar diretamente (American-Israeli Cooperative Enterprise, s.d.). Além disso, investimentos americanos eram utilizados para o desenvolvimento de assentamentos israelenses em território ocupado (Chomsky, 1983) e para desenvolvimento agrícola (Ricks, 1970). Ao todo, Israel recebeu US\$3,1 bilhões entre 1949 e

1973 (O'Dell, 2024). Dessa forma, desde antes de 1967, Israel recebia a maior quantidade de ajuda dos EUA per capita de todo o mundo² (Chomsky, 1983).

O mandato de John F. Kennedy (1961-1963) alterou a tradição diplomática de uma década através da venda de mísseis *Hawk* de curto alcance (1962), em debate desde 1960, bem como ao aplicar empréstimos como ajuda econômica a Israel. Essa mudança foi decorrente de divergências pelos formuladores da PEx americana: do lado militar, pela análise, a partir da entrega de armas soviética ao Egito, de uma mudança no cálculo da balança de poder regional e, por outro, por preocupações à popularidade da comunidade judaica no partido democrata nas eleições para o congresso, de 1962 (Ben-Zvi, 2002). Como possível moeda de troca, do qual os EUA esperavam receber, a venda dos mísseis *Hawks* não mudou a postura israelense de campanha frente ao Plano Johnson³, que intensificou suas hostilidades após a oficialização da venda. Em 1963, no governo de Lyndon B. Johnson (1963-1969), novas crises na política jordaniana relacionados ao pan-arabismo serviu como gatilho para a institucionalização da aliança Estados Unidos-Israel através de um planejamento militar conjunto para dialogar sobre problemas da segurança regional, o que levou a venda de tanques bélicos (1965), por exemplo, e caças-bombardeiros (1966) (Ben-Zvi, 2002, 2004)

Sendo considerado um marco para a aproximação dos EUA e Israel, a Guerra dos Seis Dias, em 1967 (Anderson, 2015; Bar-Siman-Tov, 1998; Chomsky, 1983; Mearsheimer; Walt, 2007; Thomas, 2007), exacerbou as tensões entre Israel e o bloco árabe formado pelo Egito, Síria e Jordânia. Durante apenas seis dias de batalha, Israel ocupou a Cisjordânia⁴, Gaza⁵, a Península do Sinai⁶ e as Colinas de Golã⁷ (Oren, 2004). Com uma vitória militar abrupta, Israel emergiu como a mais forte potência militar da região (Anderson, 2015). Como consequência, a vitória “desqualificou” os regimes árabes. Até esse momento, a França era a principal aliada ocidental de Israel, quando o mandato de Johnson viu a capacidade punitiva de Israel como um parceiro regional (Anderson, 2015; Bar-Siman-Tov, 1998; Chomsky, 1983;

² Israel continua sendo o maior beneficiário global de ajuda externa estadunidense, de acordo com dados atuais (Masters; Merrow 2024). Estes dados serão expostos em mais detalhes no último capítulo.

³ O plano Johnson tinha como objetivo resolver o problema dos refugiados palestinos resultantes da Guerra Árabe-Israelense de 1948, sugerindo a retomada gradual de refugiados ao território israelense ou sua realocação em outros países árabes, bem como a garantia de compensações financeiras. Baseado na Resolução 194 da ONU, o plano de 1962 encontrou resistência significativa de ambos os lados, países árabes e Israel, e não implementado (Levey, 2003).

⁴ A Jordânia ocupou a região, incluindo Jerusalém Oriental, desde o armistício de 1949.

⁵ Região esta que, desde 1948, estava sob administração militar egípcia.

⁶ Sendo território egípcio, foi recapturado pelo Egito após a Guerra do Yom Kippur, em 1973.

⁷ De território sírio, as Colinas do Golã não foram reintegradas à Síria até o momento de publicação desta pesquisa, tornando-se um ponto de tensão entre os dois países e para o direito internacional.

Mearsheimer; Walt, 2007; Thomas, 2007). Nesse momento, muda-se os rumos da PEx EUA na região, alterando sua preferência regional para Israel ao considerá-lo mais estável e, portanto, confiável como parceiro. O fornecimento de ajuda econômica estadunidense aumentou após 1967, tornando-o sistemático. Além disso, a venda de grandes proporções de caças-bombardeiros, em 1968, inaugurou o investimento estadunidense no sistema de defesa israelense que se tornaria contínuo a partir da década de 1970.

Após a Guerra dos Seis Dias, a ONU aprovou a Resolução 242 no CSNU, sob o apoio dos EUA. A resolução pedia pela:

"(i) Retirada das forças armadas de Israel **dos/de** territórios ocupados no conflito recente; (ii) Cessação de todas as reivindicações ou estados de beligerância e respeito e reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política de cada Estado na região e seu direito de viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, livres de ameaças ou atos de força;" (Security Council, 1967).

A resolução adotada na língua francesa, idioma oficial da ONU, especificava o primeiro item como “dos territórios”, enquanto na versão em inglês, solicitava a retirada “de territórios”, o que causou diferentes interpretações da resolução e do eventual cumprimento israelense. Após a retirada de Israel da Península do Sinai, Israel e os EUA argumentaram ter sido cumprida a resolução, enquanto outros países não o consideraram inteiramente executado. Além disso, o movimento palestino foi contra a resolução, pois foi solicitado o reconhecimento do Estado soberano de Israel por parte dos palestinos sem reciprocidade aos direitos nacionais palestinos (Chomsky, 1983), além de não especificar uma resolução pacífica da questão dos refugiados palestinos após a invasão israelense dos territórios vizinhos (Beinin; Hajjar, 2014). Após a OLP recusar o aceite da resolução 242, os EUA romperam o contato com a organização, formalmente expresso em um Memorando de Entendimento com Israel em 1975 (Chomsky, 1983).

Como exemplificado pela resolução, o consenso internacional era fundamentalmente contra a formação de um Estado soberano palestino, bem como o seu direito de auto-determinação nacional. Durante o último ano do mandato de Nasser como presidente do Egito (1970), participando de conversas para um cessar-fogo com Israel, por mediação norte-americana, conhecida como Plano Rogers, o Egito tinha como requisitos que Israel desocupasse os territórios egípcios e estabelecessem um acordo para o problema dos refugiados palestinos (United Nations, 1970), igualmente defendido pelo consenso internacional da época (Chomsky, 1983).

Assim, a década de 1960 marcou tanto continuidades quanto rupturas em relação à década anterior na PEx dos EUA. No cenário regional, a Guerra dos Seis Dias representou a escalada das tensões entre Israel e os países árabe, originários desde a independência de Israel, além da falha dos esforços americanos em mediar uma resolução pacífica no OM (1962 e 1970). Porém, preocupados com os avanços soviéticos em influenciar Estados estratégicos para os EUA, o cálculo norte-americano foi alterado na década de 1960 em relação a Israel. Ben-Zvi (2002) defende uma mudança gradual dos dois países, inicialmente no consentimento israelense, em 1958, a venda de armamentos (1962) e conversas para a manutenção da segurança israelense, em 1963. Uma outra linha consensualmente aponta na vitória israelense de 1967 o estopim para alterações de cálculo dos EUA, o que elevaria Israel ao seu principal aliado na região (Anderson, 2015; Bar-Siman-Tov, 1998; Chomsky, 1983; Mearsheimer; Walt, 2007; Thomas, 2007).

Para analisarmos, em mais detalhes, as diferentes interpretações da década de 1960 para o desenvolvimento da aliança EUA-Israel, dedicamos o próximo capítulo à exposição da tese do lobby israelense, partindo de Mearsheimer e Walt (2007), e sua refutação.

3 AS CONTRIBUIÇÕES DO LOBBY ISRAELENSE E SUA REJEIÇÃO COMO BASE DA ALIANÇA ENTRE EUA E ISRAEL

Neste capítulo, serão discutidos duas teses voltadas à natureza da relação entre EUA e Israel. A primeira compreende a atuação dos EUA como advinda do lobby israelense, ou seja, dando ênfase na influência de atores domésticos na formulação da PEx dos EUA. A segunda tese refuta a tese singular do lobby, partindo para uma análise sistêmica da aliança. Essas duas interpretações, porém, apoiam-se em grande medida na teoria realista de Relações Internacionais (RI), levando suas premissas opostas à discussões teóricas das RI. Ao longo deste capítulo, buscaremos sistematizar essas duas correntes em análise de PEx norte-americana. A estrutura do capítulo será a seguinte: apresentação breve da tipologia do realismo, a fim de compreender suas diferentes premissas e objetivos. Essas diferenças serão exemplificadas no segundo e terceiro item, em que será apresentado as duas abordagens respectivamente, seus principais autores e sua correlação com a teoria realista. Por fim, serão apresentados outros autores relevantes nesse debate que não empregam o realismo em suas análises mas que fazem parte destas perspectivas interpretativas.

3.1 A Tipologia da Teoria Realista

O realismo é uma das maiores escolas de pensamento consolidado na área de RI e possui diversas diferenças interpretativas. De acordo com a sistematização realizada por Liu e Zhang (2006), o realismo pode ser qualificado em três esferas: 1) unidades de análise; 2) tipos de variáveis independentes e variáveis dependentes; e 3) suposições teóricas. A escolha destas três esferas resultará em um foco específico da teoria e, como consequência, uma divisão teórica-conceitual (Liu; Zhang, 2006). Na primeira linha, ao destacar **as unidades de análise** utilizadas pelos autores realistas, observamos uma diferença entre destacar o indivíduo, o Estado ou o sistema como mais relevante esfera para o estudo da política internacional. Em primeiro plano, o realismo tradicional dá ênfase aos indivíduos: partindo da natureza má do ser humano, disputas por poder estariam enraizadas na natureza humana e isso se refletiria na política internacional. Um grande exemplo dessa linha interpretativa é Hans Morgenthau (2003). Na análise no nível estatal, observa-se determinantes internos dos países individualmente para compreender sua atuação, como interesses nacionais, características nacionais e política doméstica. Por fim, a abordagem sistêmica compreende a raiz das ações

individuais dos Estados a partir da natureza anárquica do sistema internacional. Em resumo, nesse nível de análise, há um realismo da natureza humana, estado-cêntrico e sistêmico⁸.

A interpretação quanto às **variáveis dependentes e independentes** diz respeito à divisão ofensiva ou defensiva, amplamente difundido no realismo (Liu; Zhang, 2006). A implicação defensiva está vinculada à concepção de como os Estados operam no contexto da anarquia internacional, onde a segurança é objetivo final da atuação estatal, enquanto o poder é o meio pelo qual se busca garantir a segurança e sobrevivência do Estado. De igual maneira, a visão ofensiva argumenta que os Estados buscam por poder ambos como um meio e um fim em si mesmo. Ou seja, os países constantemente procurariam maximizar seu poder e, por isso, optam por políticas agressivas.

Combinando essas duas formas de análise, temos como primeira sistematização do realismo o neorealismo, ou realismo estrutural, e realismo neo-clássico. O neorealismo tende a construir teorias para compreender resultados no sistema internacional, como, por exemplo, a construção de alianças ou uma guerra entre potências. Por outro lado, o realismo neoclássico atenta-se ao comportamento individual dos Estados no âmbito externo, a exemplo, preferências em alianças e política econômica externa (Liu; Zhang, 2006). Cada uma dessas tipificações possuem duas abordagens, uma ofensiva e uma defensiva, de acordo com as preferências anteriormente citadas.

Como terceira divisão do realismo, Liu e Zhang (2006) apontam uma importante diferença teórica entre o **objetivo do conhecimento** realista, um voltado à teoria de política internacional e uma segunda em política externa. A primeira se propõe a compreender as inter-relações entre três ou mais Estados e os efeitos dessas relações. Por outro lado, as teorias de política externa realizam um estudo especificamente sobre as motivações, políticas e ações de um Estado individual vis-a-vis o sistema internacional, ou seja, como cada Estado individualmente responde a fatores externos, como a formação de uma aliança ou a expansão de suas fronteiras ou de sua influência.

Entrelaçando as duas últimas abordagens discutidas acima, Rose (1998) sistematiza as abordagens do realismo voltadas à teorização da PEx. Ambas as abordagens defensivas e ofensivas assumem que o sistema internacional é composto por Estados racionais. Porém, a interpretação defensiva considera fatores internos para a compreensão de atitudes estatais, enquanto a ofensiva privilegia fatores sistêmicos como fundamentalmente dominantes para a compreensão da PEx de um Estado. Os autores defensivos veem a anarquia internacional

⁸ No original, “human nature realism, state-centric realism and system-centric realism”, tradução nossa (Liu; Zhang, 2006).

primordialmente como “benigna” (Rose, 1998), tornando a necessidade de conflito escassa. No mundo ofensivo, a anarquia internacional é hobbesiana e, devido a sua insegurança constante, os países buscam manter certa segurança “maximizando sua vantagem relativa”, o que levaria a tomadas de decisões que potencializam conflitos com outros países.

Como hibridismo destas duas visões de PEx, o realismo neoclássico incorpora fatores externos e internos ao argumentar que:

“A abrangência e a ambição da política externa de um país são impulsionadas, em primeiro lugar, por sua posição no sistema internacional e, especialmente, por suas capacidades materiais de poder relativas (...) o impacto dessas capacidades de poder na política externa é indireto e complexo, pois as pressões sistêmicas precisam ser traduzidas através de variáveis intermediárias no nível da unidade”. (Rose, 1998, p. 146, tradução própria).

Dessa maneira, em meio a um sistema internacional incerto, os Estados buscam controlar e moldar o ambiente externo. Proporcionalmente, um país que aumente seu poder relativo aspira por mais influência externa a fim de maximizar sua segurança. Este cálculo, porém, é feito por tomadores de decisão de política externa, dos quais são coagidos por estruturas estatais domésticas. Por isso, levar em conta a influência interna dos países é fundamental para compreender a atuação dos países no âmbito internacional. Uma análise do sistema internacional, por sua vez, é dificultosa e os tomadores de decisão, sendo influenciado interna e externamente, se utilizam de evidências muitas vezes parciais e incertas para determinar se o sistema internacional, em dado momento, é seguro ou instável. Tomando similaridades da teoria construtivista, os neoclássicos recorrem a interpretações subjetivas dos tomadores de decisão sobre o sistema internacional. Os realistas estruturais, por outro lado, tem uma visão voltada ao sistema e às teorias de política internacional, independentemente dos autores ofensivos ou defensivos. Essas duas abordagens do realismo, neoclássico e estrutural, se complementam, trazendo análises da racionalidade e o estrategismo defendido pela visão estrutural do realismo com subjetivismos dos tomadores de decisão em PEx que devem calcular sua posição no sistema internacional.

3.2 A tese do lobby israelense na PEx norte-americana para Israel

A primeira interpretação presente na literatura para compreender a relação EUA-Israel volta-se à atuação norte-americana como advinda do lobby israelense. Mearsheimer e Walt (2007) são os mais importantes formuladores dessa tese, consagrando a mais influente

corrente teórica sobre a relação EUA-Israel com a obra *The Israel Lobby and US Foreign Policy*. Sua obra é recorrentemente utilizada neste assunto e se mantém altamente relevante no debate acadêmico e político atualmente. Dessa forma, será dada ênfase nesta obra especificamente e, posteriormente, outros autores que concordam com tal tese.

Mearsheimer e Walt (2007) defendem três principais argumentos: os EUA oferecem extraordinária ajuda material e suporte diplomáticos a Israel, o lobby é a principal razão para esse suporte e essa relação incondicional não é parte do interesse nacional americano e israelense, muitas vezes. Na formação do Estado de Israel, em 1948, os autores defendem que os EUA não assumiram uma posição estritamente pró-Israel pois buscavam não contrapor com seus outros interesses no OM, como o controle do petróleo no Golfo. Essa postura distante perdurou até o começo da década de 1960, quando o governo Kennedy passou a observar Israel como um facilitador de seus interesses. Alguns marcos contribuíram com essa mudança na PEx americana, como a Guerra dos Seis Dias e o aumento na venda de armas e ajuda soviética para países árabes. Após a vitória na Guerra dos Seis Dias e, posteriormente, na guerra de 1973, Israel passou a ser visto nos EUA como obstáculo para a expansão da influência soviética. Assim, Israel se tornou o centro da PEx norte-americana para o OM, oferecendo suporte diplomático e material incondicional, em partes, pelo cálculo dúbio de que Israel agia de acordo com os interesses dos EUA.

Neste período, porém, ampliava-se a influência de grupos pró-Israel na política estadunidense, formando o lobby israelense. Racionalmente, tanto o lobby como os cálculos da PEx foram responsáveis pela formação da aliança entre EUA e Israel neste período. Porém, após o fim da Guerra Fria, a aliança já não condizia com os interesses americanos. A manutenção da aliança era muito custosa para os EUA, pois aumentava o sentimento anti-americano entre os países árabes e, embargos de petróleo, tornando-o um “fardo estratégico” aos EUA (Mearsheimer; Walt, 2007). Conclui-se, portanto, que as políticas de manutenção dos EUA com Israel são fruto do lobby israelense. Essa tese se consolidou com o fim da Guerra Fria, mas, durante sua aproximação desde 1967, já representava um grande fator para a PEx norte-americana.

O lobby faz parte do jogo democrático legal americano e, no caso do lobby israelense, não é um movimento unificado e hierarquizado, configurando-se como uma rede de grupos com diretrizes similares. Mearsheimer e Walt (2007) partem de uma visão alternativa à operacionalização tradicional do lobby, cujo objetivo seria a influência de oficiais eleitos, pois dá foco, sobretudo, na formulação de PEx de diversas formas. Portanto, para ser considerado

parte do lobby, “one has to actively work to move american foreign policy in a pro-israel direction” (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 114).

A principal organização do lobby elencado pelos autores é a *American Israel Public Affairs Committee* (AIPAC,), formada em 1954, originalmente um grupo de lobby estrangeiro estabelecido em 1951. Os governos Kennedy e Johnson são períodos-chave para o aumento da influência sionistas: a influência judaica aumentou na sociedade civil e os dois governos possuíam conselheiros, doadores e amigos judeus próximos (Mearsheimer; Walt, 2007, apud Goldberg, 1996). A partir do meio dos anos de 1960, as atividades promovidas pela AIPAC passaram a ser divulgadas como em nome do Estado de Israel (Mearsheimer; Walt, 2007, apud Eizenstat, 1991). O conflito de 1967, por sua vez, influiu as atividades do lobby para um atitude mais ativa, bem como as campanhas anti-semitistas promovidas nos EUA. Mais tarde, a preocupação com a segurança de Israel na guerra de 1973 criou uma nova camada “Israelcentric”. Assim, a década de 1970 e 1980 representou um aumento da ação lobista para atividades políticas a fim de aumentar o suporte governamental norte-americano, surtindo frutos extremamente benéficos a Israel.

Entre as principais ações associadas pelo lobby israelense, a obra destaca a articulação resultante no aumento de ajuda financeira a Israel pelo governo Truman em 1952. No período que precedeu 1967, o grupo dominante dentro do lobby israelense se tornou mais radical, neoconservador e ortodoxo. Assim, uma minoria judaica se tornou a voz dominante em nome do lobby e dos interesses israelenses nos EUA. Consensualmente, porém, o lobby defendeu os interesses estadunidenses como sendo intrinsecamente ligados aos israelenses, assim, sua posição pró-Israel beneficiaria diretamente os EUA.

Mearsheimer e Walt são ambos teóricos realistas, pertencentes ao neorrealismo e realismo neoclássico, respectivamente (Liu; Zhang, 2006). Influenciados particularmente pelo fundador do neo-realismo, Kenneth Waltz, Mearsheimer em suas obras mais teóricas elabora a vertente do realismo ofensivo (Moreira, 2017). Sua visão do sistema internacional parte da premissa de um sistema anárquico, ou seja, a ausência de um poder superior a dos Estados nacionais. A necessidade estatal por segurança, como mantenedora de sua sobrevivência, leva os Estados a maximizar seu poder a partir da ofensiva, ou seja, diminuindo o poder de seus adversários e aumentando seu poder internacional (Liu; Zhang, 2006). Como atores racionais, os Estados atuam de acordo com seus interesses nacionais e as alianças se dão de forma temporária, quando de acordo com seus interesses.

A partir desta base teórica, Mearsheimer e Walt (2007) concluem que a aliança que os EUA historicamente desenvolveram não serviu aos interesses nacionais norte-americanos, se

observado a longo-prazo. Assumindo o Estado como um ator racional que maximiza sua segurança, os autores observam no lobby israelense um ator doméstico que estaria deturpando os cálculos nacionais e, portanto, sendo o responsável para compreender a postura norte-americana para com Israel. Para essa argumentação, os autores se voltaram mais precisamente ao realismo neoclássico, que privilegia unidades de análise intra-estatais, bem como a análise do comportamento externo de um Estado individualmente.

Partindo dessa tese, estudos recentes buscam compreender a operacionalização e atuação do lobby contemporaneamente. Weir (2014), por exemplo, argumenta que o lobby israelense tem uma atuação muito mais complexa do que é, tradicionalmente, atribuído ao lobby nos EUA. Suas atividades, historicamente, envolveram a influência do Congresso, infiltração em diversos setores sociais norte-americanos, como a grande mídia e o sistema político-eleitoral, bem como redes secretas de apoio. Voltado ao processo de criação do Estado de Israel, Weir (2014) argumenta que o lobby israelense foi essencial para o apoio dos EUA à criação do Estado, apesar de ser contra os interesses norte-americanos, pois isso trouxe instabilidade ao OM e os EUA se envolveram em conflitos desnecessários. Como exposto por Hafez (2015), o livro assume uma abordagem histórica e investigativa, sem uma escolha conceitual-teórica. Sua obra, no entanto, apresenta evidências muito relevantes para uma sólida conclusão de que o lobby israelense agiu permanentemente para que os EUA assumissem uma posição pró-Israel no período que antecedeu a independência de Israel, articulando com os EUA e Inglaterra para que isso se materializasse.

Em análises especializadas da PEx no OM, principalmente na revista *Foreign Policy*, e para com Israel, especificamente, o lobby é o principal argumento para sua compreensão. Stephen Walt, co-autor de *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy*, é colunista da revista *Foreign Policy* e escreve sobre o lobby israelense no contexto atual da escalada de conflitos de Israel na Palestina desde outubro de 2023 e, mais recentemente, no Líbano. No artigo *5 Reasons the Israel-Palestine Conflict Won't End Anytime Soon*, Walt (2024a) pontua um único motivo relacionado aos EUA: a “obstrução do lobby” em tentativas de presidentes dos EUA em pôr um fim ao conflito e em “doutinar o corpo político americano”. Em um artigo anterior, de 2023, Walt pontua como as administrações norte-americanas, de Nixon a Obama, tiveram oportunidade de encerrar o conflito entre Hamas e Israel e não o fizeram, 1) pela oposição política da AIPAC e outros grupos do lobby israelense, 2) se “curvaram” sob a pressão do lobby e mantiveram seu suporte incondicional. Em um terceiro artigo, Walt destaca o lobby como um elemento de pressão doméstica contra o estabelecimento de sanções por parte do governo Biden a fim de retroceder a guerra na Palestina (2024b). Ao analisar a

postura oficial da Organização dos Estados Americanos (OEA) frente ao conflito no OM, Emanuele (2024) pontua a desconexa diplomacia da organização, voltada à postura dos EUA e não aos outros países do continente americano, que assumiram uma postura crítica à Israel. Como parte desse jogo diplomático, a autora pontua que o lobby israelense tem forte conexão com o secretário-geral Luis Almagro, refletindo a pressão política por parte do lobby na política norte-americana, como exposto também por Vohra (2024).

3.3 Os Interesses Estratégicos: poder e segurança

Como segunda interpretação na academia, Al Sarhan (2017) e Thies (2013) compreendem a relação dos EUA com Israel intrinsecamente conectada com seus interesses estatais, tais como a garantia do acesso ao óleo e alianças militares e econômicas. Dessa forma, Israel se tornou um “recurso estratégico” para os EUA na década de 1960.

Al Sarhan (2017) em *United States Foreign Policy and the Middle East* discute os interesses americanos no OM e, especificamente, com sua aliança israelense. O autor estende os interesses vitais estadunidenses pontuados por Chomsky (1983) no OM, dos quais será abordado no próximo capítulo, corroborando os citados interesse de assegurar acesso a óleo na região do Golfo e proteger a soberania israelense, adicionando: manutenção das suas bases militares na região; defesa de Estados-clientes e regimes amigáveis; e resistência a movimentos islâmicos e grupos terroristas que podem afetar os interesses americanos e de seus aliados na região. Este último, ao meu ver, está interconectado com a ameaça indígena proposta por Chomsky, ou seja, um nacionalismo radical árabe na região, que Israel passou a reprimir. Assim, investir em Israel como forte potência ia de encontro com os interesses de segurança nacional norte-americana, assim como no aprofundamento de sua aliança. A partir dessa análise sistêmica realista, como descrito por Liu e Zhang (2006), Al Sarhan (2017) não considera variáveis domésticas para compreender a política internacional ou a PEx americana no OM, diferentemente de Mearsheimer e Walt. Al Sarhan (2017) também não utiliza o conceito de interesse nacional da mesma forma, partindo de estudos da natureza do Estado cujos interesses são inerentes à garantia do poder e segurança, enquadrando-se em uma visão ofensiva do realismo ao considerar poder como um fim em si mesmo para os EUA. Em outras palavras, Al Sarhan (2017) não problematiza, como Chomsky (1983, 2006) o fez, o interesse dos EUA em controlar o OM, considerando os interesses nacionais neutros aos diferentes governos norte-americanos.

Como segunda sistematização, Thies (2013) desenvolve em *The United States, Israel, and the Search for International Order* um estudo sobre os papéis percebidos entre os EUA e Israel e como isso levou a formação de uma aliança que se estreitou a partir de 1967. Thies (2013) é um teórico de Socialização Estatal a partir da Teoria dos Papéis Organizacionais, da psicologia social e sociologia, e explorado desde a década de 1970 em RI (Silva; Labriola, 2013). Seu estudo parte do papel exercido pelos EUA e por Israel em escala internacional e regionalmente, combinando a Teoria dos Papéis Organizacionais com o neorealismo, e despreza discussões sobre lobby, elaborando um estudo centrado nos Estados vis-a-vis sua posição (e percepção) no sistema internacional e nos interesses interestatais.

Outra obra relevante na presente análise é a resenha de Mead (2007) da obra de Mearsheimer e Walt (2007). Seu argumento central é de que é insuficiente pontuar o lobby israelense como a principal força determinante na PEx americana. Entre seus principais argumentos, o autor elabora que “os autores superestimam o poder do judeu” (Mead, 2007, tradução própria⁹), similarmente pontuado por Chomsky (1983), além de avaliar a falta de evidências da operacionalização do lobby e comprovação de sua influência nos EUA. A resenha pontua que o principal interesse do lobby, de acordo com Mearsheimer e Walt (2007), é convencer os EUA de aumentar a ajuda a Israel. Porém, os autores também afirmam que Israel é a maior potência regional no OM e o auxílio militar e econômico dos EUA, uma vez interrompido, não afetaria a segurança israelense. Dessa forma, sua conclusão é de que o lobby é a principal força impulsionadora da manutenção do suporte norte-americano, porém, se Israel não é dependente disso, e se esse suporte (político, econômico e militar) não é do interesse estadunidense, sua força motriz deve ser outra. Ou seja, “[...] o lobby israelense [...] não desempenha um papel significativo na determinação do curso dos eventos no Oriente Médio” (Mead, 2007, tradução própria)¹⁰. Dessa forma, Mead afirma que há outros interesses estratégicos em jogo dos EUA, como analisado em mais detalhes pelos outros autores analisados acima.

Apesar de abordagens diferentes, Al Sarhan (2017) e Thies (2013) têm em comum o uso do neorealismo, especificamente a abordagem ofensiva, ao considerar a ação estadunidense no OM, por meio de sua parceria com Israel, parte de sua busca inerente por poder. Os dois refutam a tese do lobby, partindo de uma análise que desconsidera a pressão de grupos políticos domesticamente. Assim, observamos uma diferença primordial na

⁹ No original, “The authors (...) overstate the power of Jews.”

¹⁰ No original, “ (...) the Israel lobby (..) plays no significant role in determining the course of events in the Middle East.”s

abordagem teórica feita por Al Sarhan (2017) e Thies (2013), por um lado, e Mearsheimer e Walt (2007), impactando em suas premissas quanto à natureza dos Estados, do sistema internacional e, portanto, sua interação em relações bilaterais. Por outro lado, a análise de Mead (2007) difere-se em teoria de Al Sarhan (2017) e Thies (2013). Sua argumentação reconhece como ponto positivo a percepção de que os interesses nacionais são moldados por valores, crenças e interesses de atores domésticos. Em outras palavras, Mead (2007) é conceitualmente contrário a Al Sarhan (2017) e Thies (2013). Apesar disso, sua obra também refuta o lobby israelense como uma variável relevante na formulação da PEx norte-americana.

3.4 Teorias divergentes em que o lobby prevalece na PEx americana

Autores com bases teóricas distintas também defendem a tese lobista como fator mais relevante à compreensão dos EUA no OM. Anderson (2015), por exemplo, é um historiador e filósofo de abordagem marxista que, em “A Política Externa Norte-Americana e Seus Teóricos”, sintetiza que a Guerra dos Seis Dias alterou os cálculos nos EUA com a vitória avassaladora de Israel. Após Israel se tornar a maior potência militar regional graças ao investimento francês e britânico, os EUA, a partir do Pentágono, viram Israel como um ator forte que passaria a girar em torno de sua PEx para a região. Adicionalmente, a comunidade judaica nos EUA também ganhou potência com a vitória israelense. O que se inaugurou em 1967 era uma aliança estreita com Israel, consolidando em 1973 com o Egito como Estado-cliente americano e, assim, interrompendo a insegurança soviética em Suez ou o projeto pan-arabista de Nasser. Assim, Israel se manteve como um ator com relativa autonomia política e militar, oposto ao Egito.

Considerando a expansão do poder imperial norte-americano após a Segunda Guerra Mundial e sua cautela em se opor ao poder colonial europeu, Anderson (2015) defende que houve uma dissonância entre o compromisso político norte-americano a Israel e sua estratégia global. Sua atuação foi positiva aos interesses americanos em 1967 e sua consequente interrupção do poder egípcio em 1973. Porém, Israel foi freado pelos EUA de futuras incursões militares no Líbano e na Guerra do Golfo, além de representar um Estado colonizador no OM. A conclusão de Anderson (2015) é de que a comunidade judaica foi a responsável por esta deturpada racionalidade, contradizendo a estratégia e interesses nacionais estadunidenses.

Assim, Anderson (2015) defende similarmente a Mearsheimer e Walt (2007) que a atuação dos EUA para Israel é advinda de um lobby, ou comunidade, israelense, e que o

conflito de 1967 foi um importante marco para compreender a aproximação entre EUA e Israel. Anderson (2015), Mearsheimer e Walt (2007) defendem que, brevemente, Israel agiu de acordo com os interesses americanos e que isso foi reconhecido pelo governo dos EUA. Porém sua análise quanto aos cálculos do Pentágono divergem de Mearsheimer e Walt: Mearsheimer e Walt (2007) elaboram a operacionalização do lobby e os principais atores envolvidos, diferentemente de Anderson (2015), possivelmente devido a objetivos pretendidos diferentes, sendo o segundo uma análise histórica de toda a política externa americana desde a formação dos EUA. Contudo, como consequências desta atuação ativa dos EUA para uma relação incondicional com Israel, Anderson (2015) e Mearsheimer e Walt (2007) pontuam consensualmente os efeitos negativos para os EUA: as duas obras discutem as consequências da manutenção de um regime colonizador para o Oriente Médio, o que somaria ao sentimento anti-americano entre os países árabes na região (Mearsheimer e Walt, 2007; Anderson, 2015).

Anderson (2015) embasa sua obra na abordagem marxista, cujo fundamento comum é a ênfase na manutenção econômica do capitalismo globalmente e na desigualdade internacional, bem como em atores internos que conduziram a máquina estatal. De forma a compreender as diferentes premissas teóricas elencadas pelos autores, especialmente, em contraste ao realismo empregado por Mearsheimer e Walt (2007), Thies (2013) e Al Sarhan (2017), dedicamos o próximo parágrafo a uma síntese da teoria marxista.

A primeira dimensão das teorias marxistas visualizam uma classe social dominante de cada Estado que possui interesses comuns transnacionais. O Estado, por sua vez, atua como executor dos interesses capitalistas dessa classe dominante, seja em escala local ou global. Assim, a PEx de um país, por exemplo, reflete interesses particulares e não interesses nacionais, como discutido pelos realistas sistêmicos. Por sua vez, as teorias marxistas dão enfoque às dinâmicas de desigualdade perpetrada pelo capitalismo internacionalmente, especialmente a relação desigual entre Estados desenvolvidos e em desenvolvimento, o que levaria a criação de uma periferia internacional (Wallerstein, 1974). Similarmente, em uma leitura marxista de Gramsci, promovido por Cox (1993) e Gill (1993), por exemplo, as classes sociais dominantes localmente buscam se internacionalizar de forma a universalizar seus interesses particulares. Como consequência, uma hegemonia é constituída, em que o hegemônio exporta uma visão de mundo que abarca assuntos externos como economia, ideologias políticas e valores individuais. Adicionalmente, há a possibilidade da formação de uma resistência global, através da formação de atores “contra-hegemônicos” que contestam a dominação da ordem estatal dominante.

Tomando uma visão hegemônica da teoria marxista, Anderson (2015) defende uma grande estratégia imperialista norte-americana, adotada desde o final da Segunda Guerra Mundial, e detalha sua elaboração e aplicação a partir do estudo da PEx dos EUA. Sua conclusão, porém, é de que as elites políticas, que estariam comandando essa estratégia de expansão do poder estatal norte-americano, não se beneficiam a longo-prazo da relação com Israel. Por isso, sua conclusão é de que essa aliança é contrária aos “interesses nacionais/particulares” norte-americanos, partindo, assim, para o lobby israelense como elemento fundador da aliança, influenciando, assim, os tomadores de decisão de PEx no OM. Suas premissas são distintas às de Mearsheimer e Walt, como, por exemplo, a natureza do sistema internacional e dos Estados e os interesses nacionais. Apesar disso, suas conclusões convergem no lobby israelense e em uma atuação norte-americana contrária aos seus interesses nacionais.

4 ABORDAGENS ALTERNATIVAS NA ANÁLISE DA RELAÇÃO BILATERAL ENTRE OS EUA E ISRAEL

Como brevemente apresentado na introdução, este capítulo está dedicado à apresentação da terceira linha interpretativa quanto ao desenvolvimento da relação entre os EUA e Israel. Mais especificamente, perspectivas que integram as visões sistêmicas e domésticas das análises apresentadas no capítulo anterior. Assim, argumenta-se que o lobby israelense é um entre os elementos para compreender a atuação norte-americana, porém seu enfoque singular é errôneo. Para tanto, o capítulo está dividido entre os diferentes arcabouços teóricos que apoiam seus argumentos. Buscamos apresentar as diferenças interpretativas, os fatos elencados como marcos pelos respectivos autores e as variáveis analisadas. Por fim, é realizada uma sistematização do atual debate na literatura dentro dessa perspectiva, oferecendo contribuições complementares à atual aliança americana-israelense.

4.1 As perspectivas Críticas e Marxistas

Nesta primeira dimensão, observamos o embasamento de estudos na teoria marxista, como já explorado anteriormente na análise de Anderson (2015). Chomsky (1983) argumenta, em *The Fateful Triangle: the United States, Israel and the Palestinians*, que o lobby não é a resposta única para a posição que os Estados Unidos tomaram para com Israel, pois “em primeiro lugar, subestima o alcance do “apoio a Israel” e, em segundo lugar, superestima o papel dos grupos de pressão política” (Chomsky, 1983). Para compreender a força do lobby historicamente, é necessário considerar que seus interesses são compartilhados pela elite estadunidense no poder.

O autor define que havia interesses vitais mais abrangentes que direcionavam a ação norte-americana no OM, como o controle das reservas de óleo e a ameaça do desenvolvimento de um nacionalismo radical árabe na região. A primeira questão partiu, ideologicamente, da preocupação da influência soviética de seus produtores e distribuidores de petróleo. Concretamente, porém, a Inglaterra e a França representaram as maiores ameaças para o controle norte-americano. Como marco, Chomsky (1983) exemplifica a falha tentativa britânica e francesa de recuperar certa influência na região com seu envolvimento na Crise de Suez (1956), barrada pelos EUA, que mantiveram seu poder no OM. A segunda preocupação foi a consolidação de nacionalismos árabes com forte tendência cooperativa e que poderiam ser impulsionados pela URSS. Nesse contexto, no final da década de 1950, Israel passou a ser

visto nos EUA como uma resistência pró-EUA no OM, devido à atuação ativa israelense em promover tal imagem, como é exemplificado no boicote israelense de uma aproximação entre os EUA e o Egito de Nasser no início da década de 1950 (Chomsky, 1983). Essa tese foi consolidada com a vitória imediata de Israel na Guerra dos Seis Dias, tornando o ano de 1967 um marco para o amadurecimento da “relação especial” entre os EUA e Israel.

Assim, os EUA apoiaram Israel para que ele representasse um “forte poder pró-ocidente no Oriente Médio” (Chomsky, 1983). Esses interesses vitais estatais, influenciados pela atuação pró-Estados Unidos que Israel assumiu, auxiliou no desenvolvimento de uma relação próxima com Israel, tornando-se um “recurso estratégico” aos EUA. Essa tese foi aceita pelos executores de poder nos EUA, recorrida em debates internos e auxiliada pelo lobby israelense. Somado a isso, a defesa moral de Israel ganha força em 1967 nos EUA, amplamente defendida pelo liberalismo através da retórica anti-semitista e auto-ódio judeu¹¹. Como conclusão, a atuação de Israel na região, por vezes, pode ser classificada como “o trabalho sujo dos EUA” e, por outras, são contrárias aos próprios interesses americanos.

Chomsky se embasa no marxismo político para compreender, na obra *The Fateful Triangle* e na crítica *The Israel Lobby?*, de 1983 e 2006, respectivamente, os interesses estadunidenses a partir de uma premissa diferente da de Mearsheimer e Walt. Primeiramente, Chomsky refuta o conceito neutro do interesse nacional, como recorrido pelos realistas, argumentando que o interesse nacional varia diretamente de quem o determina, ou seja, a elite política no poder que são motivados pelos seus interesses particulares. Apesar da abordagem marxista utilizada também por Anderson (2015), Chomsky elabora que a tese única do lobby vela uma série de outros interesses políticos e econômicos que são conjuntamente determinantes para compreender a maturação de uma relação bilateral incondicional entre os EUA e Israel. Assim, Chomsky adiciona, em uma publicação posterior, que a elaboração da parceria de Israel como alinhada aos interesses norte-americanos partiu dos formuladores de PEx norte-americanos e foi corroborada, em segundo plano, pelo lobby israelense como apoiador dessa mudança política (Chomsky, 2006¹²).

Similarmente, Elgindy (2019) reconhece a atuação do lobby israelense na formulação da PEx americana, porém, em contrapartida aos estrategistas de PEx americana. Seu objetivo

¹¹ Este debate, de maneira geral, mobiliza críticas à atuação israelense como crítica ao judaísmo. Dessa forma, a interconexão entre política e liberdade religiosa tem como consequência o silenciamento de críticas ao governo ou Estado de Israel (Chomsky, 1983).

¹² A obra citada é uma resenha do artigo científico publicado por Mearsheimer e Walt (2006), que antecedeu a publicação do livro sob análise nesta pesquisa. Porém, acredita-se que os argumentos utilizados para o artigo de Mearsheimer e Walt se mantêm relevantes na obra publicada de 2007.

em *Blind Spot: America and the Palestinians, from Balfour to Trump* é expor o desenvolvimento do posicionamento norte-americano *vis-à-vis* a causa palestina. Para tanto, o autor descreve o desenvolvimento da relação EUA-Israel a partir de três marcos principais na década de 1960. O primeiro está relacionado ao esforço final do governo Kennedy em abordar a temática dos refugiados palestinos e a consequente omissão dos governos seguintes nesta agenda, instaurando-se na administração Johnson. A segunda recupera a primeira venda de armamentos para Israel, em 1963, pontuando-o como um avanço na cooperação e nomeando, pela primeira vez, a aliança como uma “relação especial” (Elgindy, 2019). Johnson, por sua vez, consolidou essa excepcionalidade em seu governo. Em terceiro, na Guerra dos Seis Dias, Israel se posicionou como uma superpotência regional e estabeleceu os EUA como seu maior defensor político. A contraditória resolução 242 simbolizou a política “terra por paz” (Elgindy, 2019, p. 99, tradução própria¹³) incorporada pela PEx dos EUA para o OM. Por último, a guerra designa os EUA como mediador da diplomacia entre os países árabes e Israel. Sua conclusão é de que há um ponto cego dos Estados Unidos em relação ao poder israelense, o sagrado relacionamento entre Washington e Israel e a desordenada influência do lobby pró-israel. Ele argumenta, porém, que historicamente a administração estadunidense resistiu ao lobby israelense e oposição parlamentar quando eles reconheceram que os interesses americanos “mais amplos” estariam prejudicados.

Chomsky (1983) e Elgindy (2019) trazem uma abordagem crítica do tema, voltado à temática e às perspectivas palestinas do conflito. Porém, Elgindy (2019) tem uma abordagem minuciosa das diferentes atuações das administrações estadunidenses para os conflitos no OM e com Israel. Devido a isso, sua obra elenca marcos adicionais para a compreensão do desenvolvimento da aliança, como a venda de armamentos Hawk e tentativas simbólicas de negociação sobre os refugiados palestinos. De igual maneira, a conclusão dos dois autores é similar, compreendendo o lobby israelense como um dos fatores domésticos de pressão à presidência dos EUA. Contudo, Chomsky enuncia o lobby como uma força a favor da tese de Israel se tornar um recurso estratégico, ou seja, que o lobby estaria apoiando os interesses dos formuladores da PEx norte-americana, enquanto Elgindy defende que a administração teria ido contra o lobby. Em outras palavras, afirmando que a aliança com Israel não é condizente, de acordo com a PEx norte-americana, com seus interesses.

Para Bar-Siman-Tov (1998), em *The United States and Israel since 1948: A “special relationship”?*, o ano de 1967 é visto como o principal marco para o estabelecimento de uma relação especial. Entre 1948 e 1966, Israel era visto como um “ (...) fardo para seus interesses

¹³ No original: “land-for-peace”.

no Oriente Médio” (Bar-Siman-Tov, 1998, p. 259, tradução própria¹⁴). Assim, as aproximações graduais de Kennedy e Johnson foram solidificadas com a percepção de que sua aliança não prejudicaria seus interesses no OM, além de possivelmente influenciar o Estado israelense. A excepcionalidade desta relação, diferente de outros entre os EUA e Estados-clientes, se daria a partir do diálogo entre interesses diferentes, de forma a não distanciar ou romper a aliança. Dessa forma, a partir de 1967, os EUA teriam interferido na política interna israelense para que este assumisse uma posição de pacificação com os países árabes, elevando as tensões apenas com a invasão de Israel ao Líbano, em 1982.

Observa-se algumas diferenças entre as obras de Chomsky e Elgindy e Bar-Siman-Tov. Bar-Siman-Tov defende que o lobby israelense era a favor do estabelecimento da relação especial, porém o fator mais determinante foi estratégico, independente de sua influência. Assim, a posição que os formuladores de PEx assumiram, a partir de 1967, impulsionou a influência do lobby israelense, tornando-se um evento anterior. Assim, diferentemente de Chomsky, Bar-Siman-Tov concorda com Elgindy (2019) ao diferenciar a influência do lobby dos cálculos estratégicos de poder nos EUA. Em outras palavras, o lobby passou a ter uma influência mais contundente quando estava vinculada com as elites do poder. Segundamente, há uma diferença quanto ao desenvolvimento da relação: Bar-Siman-Tov (1998) argumenta que os EUA passaram a intervir diretamente na política israelense a fim de que sua PEx fosse condizente com os interesses estadunidenses na região. Chomsky (2006) refuta essa conclusão, argumentando que, por vezes, a atuação israelense não era condizente com os interesses norte-americanos e que isso criou tensões na relação. Apesar disso, a relação nunca se distanciou profundamente devido a sua incondicionalidade.

4.2 Teoria Liberal e as Crenças Sociais

Thomas (2007) estuda complementarmente a construção ideológica de afinidade entre os EUA e Israel, partindo de crenças sociais dentro da sociedade civil americana. Suas conclusões apontam que havia, em primeiro lugar, interesses estratégicos para manter Israel como aliado dos EUA, como sua estabilidade na contenção de regimes árabes com tendência soviética, sua estabilidade após sua vitória em 1967 e a cooperação militar para troca de informações entre EUA e Israel. Paralelamente a isso, porém, a ideia de Israel como aliado estratégico partiu de uma crença, construída pelo lobby israelense, especialmente a IPAC. Assim, respaldada em interesses estratégicos, o lobby pró-Israel amplifica a percepção de

¹⁴ No original, “ (...) a burden to its interests in the Middle East”.

Israel como indispensável aos EUA e ideologicamente similar às crenças estadunidenses, permitindo-o se apresentar como a única democracia estável no OM. Esses interesses e a atuação do lobby, portanto, se interconectam na construção da aliança entre EUA e Israel. Comparada com os outros autores discutidos anteriormente neste capítulo, Thomas (2007) agrega à discussão, elaborando a operacionalização e influência do lobby israelense nos EUA. Suas contribuições complementares a essa visão interpretativa parte de uma análise de sistemas de crenças na sociedade civil a partir da abordagem ideacional, recuperando em Keohane e Goldstein a teoria liberal, acrescentando um novo elemento a compreensão da relação bilateral: a percepção de afinidade sócio-política.

Uma segunda contribuição relevante é o estudo da comunidade judaica na diáspora. Waxman (2017), por exemplo, analisa o conflito Israel-Palestina atualmente a partir da comunidade judaica em diáspora e, mais especificamente, a norte-americana. Sua conclusão é de que a comunidade concorda majoritariamente com as ações israelenses de “compromisso territorial e uma solução de dois Estados”, porém, não há consenso, dentro da comunidade, quanto a especificidades de sua aplicação. Além disso, a parcela mais radical da comunidade, sua minoria numérica, tende a ser mais ativo em fazer lobby, o que gera uma representação deturpada da comunidade judaica como um todo nos EUA. Por fim, Waxman (2017) argumenta que a comunidade e o lobby israelense não possuem uma influência relevante para alterar a PEx dos EUA para Israel ou o conflito Israel-Palestina. Sua relevância se dá, apenas, na manutenção e no aumento da ajuda externa dos EUA para Israel historicamente, graças a sua forte influência no Congresso. Porém, elencar o lobby como principal ator para compreender a PEx norte-americana minimiza os interesses estratégicos dos EUA, exagera a influência do lobby e homogeniza um movimento fragmentado (Waxman, 2017). Sua linha teórica parte de teorias de diáspora para realizar uma comparação entre o caso irlandês para o processo de pacificação da Irlanda do Norte e o caso judeu-israelense, demonstrando um novo componente à análise da aliança entre EUA e Israel.

Aridan (2017) também analisa o papel da comunidade em diáspora e, mais especificamente, o lobby israelense entre os governos de Truman a Nixon em uma rede com uma complexa composição de atores americanos e israelenses. Sua operacionalização envolveu a construção de coalizões políticas e o uso de pressões sociais e econômicas a fim de moldar os respectivos governos e lideranças americanos com objetivos de interesse aos dois países. Sua atuação, porém, estava entrelaçada com os diferentes governos israelenses que manusearam sua influência e mobilização para pressionar os EUA. Assim, a aliança entre os EUA e Israel é fruto de um longo processo de articulação entre os governos israelenses, os

tomadores de decisão norte-americanos e a comunidade judaica da diáspora organizada um lobby. Assim, a aliança surgiu a partir da “sincronicidade de interesses políticos [...] entre as duas nações em assegurar suporte dos EUA de Israel” (Aridan, 2017). Sua formação em história se reflete na obra, em que realiza uma análise da diplomacia e das redes de apoio transnacionais que apoiam a aliança a partir da história diplomática.

Assim, as obras analisadas recorreram a diferentes teorias explicativas, como o apoio da teoria liberal, estudos sobre percepção de crenças sociais e a história dos governos israelenses. No item anterior, também foram expostos estudos da teoria crítica e marxista. Apesar disso, as diferenças observadas estão em elementos secundários, como a análise histórica e a estabilidade entre os interesses norte-americanos e israelenses. De toda forma, todos os autores têm em comum a conclusão de que o lobby israelense é importante para compreender a PEx norte-americana, porém seu estudo singular é insuficiente para abarcar os inúmeros fatores relevantes para o estudo dos EUA e Israel.

4.3 Perspectivas recentes da relação bilateral

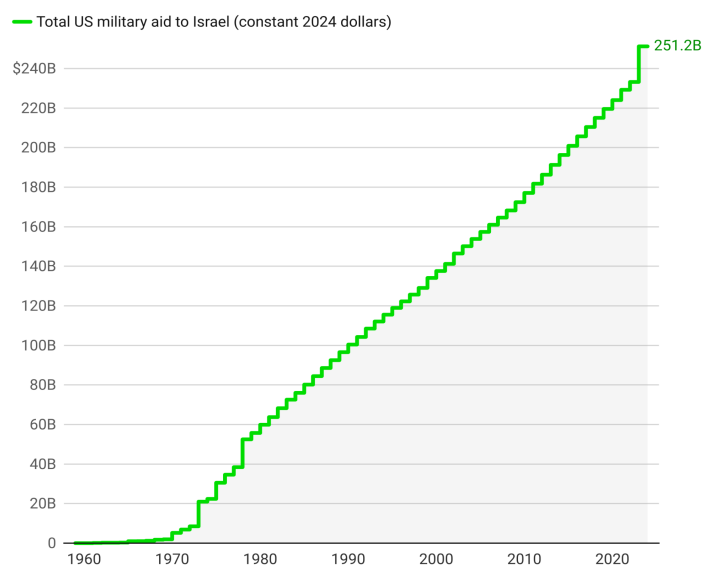
O presente estudo teve o recorte temporal da década de 1960, buscando compreender como abordagens diferentes em estudos sobre a relação entre os EUA e Israel convergiram no desenvolvimento da aliança em 1960. Outros marcos importantes para o desenvolvimento da aliança, de acordo com a literatura previamente exposta, são a vitória israelense na guerra de 1973 (Anderson, 2015), a Revolução Iraniana (1979), e o fim da Guerra Fria (Mearsheimer; Walt, 2007). Estudos mais recentes, porém, trazem novas perspectivas ao cenário atual da aliança, complementando, sobretudo, a tese do lobby israelense como uma entre as variáveis relevantes à compreensão da posição estadunidense com Israel. Em primeiro plano, tem sido realizado estudos apurados do funcionamento do lobby israelense, como já exposto brevemente em Waxman (2017). Neste estudo, por exemplo, é averiguado o desenvolvimento de uma divisão política dentro do lobby israelense, refletindo em uma heterogeneidade de posições pró-Israel e pressões políticas distintas no cenário doméstico nos EUA. Nesse sentido, a IPAC passou a representar uma ala mais conservadora da comunidade israelense, enquanto JStreet faz parte de um movimento mais moderado que atrai uma ala mais progressista norte-americana (Waxman, 2017). Entre as atividades dos lobbies pró-Israel, destaca-se investimentos em candidatos individuais nas eleições para o Congresso e para a presidência dos EUA (McGreal, 2024). Algumas fontes primárias, principalmente investigações jornalísticas, destacam atividades complementares realizadas pelo lobby

israelense nos EUA, como: influenciar movimentos políticos opositores, a exemplo do BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções), pressionar para que os EUA adotassem uma definição formal de antissemitismo que incluísse críticas ao Estado de Israel e interferir em movimentos universitários pró-Palestina (The Lobby - USA, 2018). Assim, com ampla evidência histórica e recente da atuação do lobby, argumentamos que não é plausível, no cenário atual, a refutação total do lobby israelense como elemento relevante à PEx norte-americana para Israel.

Há, contudo, outros elementos retratados pela literatura recente que enriquecem a discussão. A ajuda financeira para o sistema de defesa de Israel está no centro da aliança desde 1974, como discutido em mais detalhes no primeiro capítulo. Nesse sentido, Beinín (2021) explora como a indústria de armamentos estadunidense é fundamental para compreender a atual manutenção da relação EUA-Israel centrada em ajuda militar. Ao oferecer ajuda militar a Israel, os EUA estão impulsionando sua economia, comprando armas de fabricação americana e gerando uma demanda que supera o consumo interno. Ao observarmos os dados, podemos perceber que a aliança progressivamente intensificou seu elo militar. Na figura acima, é apresentado um gráfico de progressão de ajuda externa militar enviada dos EUA a Israel.

Gráfico 1 - Os Estados Unidos já concederam a Israel mais de US\$250 bilhões de dólares em ajuda militar.

The US has given Israel over \$250 billion in military aid



Data: USAID, CRS, P.L. 118-47, P.L. 118-50. More: stephensemler.com
 Chart: Stephen Semler (@stephensemler) · Created with Datawrapper

Fonte: Semler (2024b).

A partir de 1959, Israel passou a receber ajuda externa para fins militares dos EUA, estruturados na forma de empréstimos. Em 1974, após a Guerra do Yom Kippur, o governo Nixon recebeu aprovação do Congresso para enviar concessões militares em caráter emergencial e, a partir de 1985, essa ajuda foi oficialmente estruturada como concessão (Semler, 2024b). Por outro lado, desde 1991, esta ajuda militar recebe juros, dos quais Israel utiliza para pagar os empréstimos anteriores a 1974. Na figura acima, nota-se um aumento exponencial na ajuda militar entre a década de 1970 e 2024. No total desde 1946 a 2024, os EUA enviaram US\$80 bilhões em ajuda econômica¹⁵ (Masters; Merrow, 2024) e mais de US\$250 bilhões em ajuda militar (Semler, 2024b).

Paralelamente à intensificação do envio de ajuda militar, historicamente, a diplomacia das armas e os projetos de cooperação desenvolvidos pelos EUA e Israel (Agostinelli; Huberman; Nasser, 2024) demonstram que a relação bilateral também tem um elemento econômico fundamental, fortalecendo uma aliança entre o setor privado israelense e estadunidense de armamentos. A Guerra Global ao Terror, desde 2001, foi fundamental nesse processo, no qual os dois países estreitaram uma relação de cooperação técnica militar contra movimentos de insurgência.

Além disso, estudos recentes voltados à PEx norte-americana notam uma diferença histórica na postura dos EUA nos recentes governos de Donald Trump (2017-2020) e Joe Biden (2021-2024). Historicamente, Waxman e Pressman (2021) argumentam que os dois principais partidos dos EUA, o partido republicano e o partido democrata, reconheciam o valor estratégico e político da aliança com Israel, porém, que havia um consenso domesticamente sobre a mediação dos EUA no conflito Israel-Palestina e no diálogo com as autoridades palestinas (Waxman; Pressman, 2021). A administração Trump rompeu com essa postura simbólica e adotou uma postura radical em lealdade a Israel, suspendendo o diálogo com autoridades palestinas, o que é mantido em menor grau pela administração Biden. Alguns importantes marcos nessa mudança da PEx norte-americana são os Acordos de Abraão (2020), reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, indo contrariamente ao direito internacional (Speri, 2022), e o fechamento da representação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em Washington, entre outros. O governo de Joe Biden buscou retroceder a radicalidade da postura dos EUA. Porém, com o escalonamento de conflitos de Israel na Palestina, desde outubro de 2023, a sistemática ajuda militar e sua intensificação sem precedentes na história da relação se tornaram um grande debate domesticamente, frente às

¹⁵ Os dados obtidos de 2023 e 2024 se encontram incompletos. Os dados se encontram em dólares constantes de 2022.

eleições presidenciais de 2024 (Scheindlin, 2024). O governo Biden também recebeu pressão doméstica distinta de grupos que buscavam aumentar o apoio político e militar incondicionalmente às ações israelenses e uma parcela que buscava a diminuição do suporte norte-americano a Israel (Scheindlin, 2024). Em 2024 apenas, por exemplo, os EUA enviaram US\$18 bilhões em ajuda militar, somando a maior ajuda da história da relação (Semler, 2024a). Desde a abertura de um caso na Corte Internacional de Justiça em 2023, que acusa Israel de genocídio cometido na Palestina, a comunidade internacional tem intensificado críticas à postura dos EUA atualmente em seu apoio político e militar a Israel (Scheindlin, 2024).

Essa discussão nos revela novos direcionamentos à análise da atuação dos EUA quanto a Israel em estudá-la vis-a-vis as mudanças no executivo (Plitnick, 2024), bem como os atuais fatores internos e externos para mudança na postura dos EUA. Assim, podemos observar que há novos elementos sendo analisados pela literatura para compreender a PEx dos EUA para Israel atualmente, demonstrando a complexidade de componentes que se inter-relacionam nessa aliança histórica.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou analisar a década de 1960 no desenvolvimento da aliança entre os EUA e Israel. Apesar de diferentes abordagens teóricas e discussões quanto à natureza da relação, este período é discutido consensualmente na literatura como um marco para a aproximação diplomática e econômica dos EUA para Israel. Especialmente, é dado enfoque na intensa vitória israelense na Guerra dos Seis Dias para o desenvolvimento dessa relação.

Apesar dessa concordância temporal, a literatura especializada da PEx norte-americana e do OM diverge consideravelmente quanto aos elementos de sustentação dessa relação. De forma ampla, uma parcela significativa da literatura converge em torno do estudo do lobby israelense como um protagonista que influencia a elaboração e implementação da PEx dos EUA, defendendo uma maior aproximação dos EUA a Israel. Há, porém, divergências teóricas quanto à atuação do lobby israelense. Em primeiro plano, se discute a formação do lobby como um ator doméstico norte-americano, proveniente da diáspora judaica, ou uma ampla formação social, entre comunidades religiosas judaicas e grupos sociais estadunidenses que se sentem moralmente próximos a Israel. Não há consenso, na literatura, quanto à sua parceria ou consonância com o Estado de Israel, bem como seu alcance político domesticamente em afetar as diretrizes de PEx e a postura do Congresso norte-americano. Similarmente, a correlação entre a atuação do lobby israelense e os interesses estratégicos norte-americanos também é contestada, tendo parte da academia argumentando que o lobby age contrariamente aos objetivos dos EUA. Por fim, estudos mais recentes discutem a heterogeneidade em curso do lobby israelense, em que há uma disputa política dentro das organizações para representarem uma agenda uniforme da “comunidade judaica” nos EUA. Por fim, a tese única do lobby israelense não apresenta indícios de que o lobby israelense foi um fator relevante ou singular na posição dos EUA no OM na década de 1960. Como previamente exposto, Mearsheimer e Walt (2007) defendem que o lobby israelense passou a impor a PEx norte-americana no final da Guerra Fria, quando os interesses nacionais declinaram com Israel. Assim, o lobby israelense passaria a sustentar a estabilidade da aliança. Em luz de estudos recentes, porém, que puderam aperfeiçoar o estudo da atuação do lobby nos EUA, argumentamos que não é possível rejeitar plenamente sua influência na política dos EUA atualmente.

Nesse sentido, uma parte da literatura, ao adotar uma perspectiva sistêmica das relações internacionais, argumenta que os interesses nacionais norte-americanos

impulsionaram a aproximação com Israel. Assim, apesar do desenvolvimento de tensões entre os EUA e os países vizinhos árabes vis-à-vis o estreitamento da relação com Israel, os esperados ganhos estratégicos se sobrevaleriam a eventuais perdas diplomáticas. Após a sistematização realizada na presente pesquisa, argumentamos que esse ponto de vista sobre os interesses dos EUA parece ser relevante na compreensão e análise especificamente dos EUA na década de 1960. Além disso, a tese é amplamente aceita pela literatura neste recorte temporal. Porém, defendemos que os cálculos de “interesses nacionais” não são neutros, ou seja, sua compreensão não pode ser dissociada dos tomadores de decisão e formuladores da PEx (Chomsky, 2006). Além disso, essa tese não possibilita o desenvolvimento de pesquisas voltadas a variáveis domésticas dos EUA devido à suas premissas sistêmicas das RI.

Dessa forma, nos voltamos à terceira interpretação exposta pela academia, que articula interesses nacionais e variáveis domésticas, como, por exemplo, o lobby israelense. O lobby israelense atua de forma complementar a outros fatores determinantes: há uma constância historicamente dos EUA em intensificar sua aliança com Israel. Assim, nessa linha, o lobby israelense age complementarmente e em concordância aos governos dos EUA. Em outras palavras, sua influência não é oposta aos interesses dos EUA, como é pontuado anteriormente pela tese única do lobby. Argumento que esta tese apresenta as evidências e as argumentações mais relevantes para analisar o desenvolvimento da relação entre os EUA e Israel historicamente e atualmente. Em primeiro plano, pois essa linha incorpora o elemento de interesses dos EUA no OM e em Israel, ao mesmo tempo que leva em consideração interesses e cálculos subjetivos ou particulares de atores dos EUA que embasaram a PEx norte-americana. Segundamente, pois a tese possibilitou a análise de outras variáveis que têm se mostrado relevantes no desenvolvimento da aliança em momentos mais recentes, o que pode ser averiguado na literatura recente, a exemplo de análises da PEx entre os governos Trump e Joe Biden.

Dessa maneira, mudanças no executivo nos EUA mostram-se um novo elemento para aferir a atual conjuntura da relação entre os EUA e Israel, bem como pesquisas voltadas às crenças e percepções sociais da sociedade civil norte-americano que se sente moralmente próxima à Israel, apresentam-se como possíveis futuras pesquisas relevantes nesta temática. Além disso, uma crescente vertente da literatura tem analisado a relação entre o setor privado norte-americano e israelense da indústria bélica no centro da relação bilateral, bem como a correlação entre a postura imposta pelos EUA sistematicamente desde 1974 que privilegia o sistema de defesa israelense e o complexo industrial militar norte-americano. Assim, à luz da centralidade da ajuda militar na relação bilateral, bem como em debates internos durante o

período eleitoral para presidência dos EUA em 2024, argumenta-se que novos estudos voltados aos fatores elencados acima podem expandir os debates tradicionais da literatura a fim de uma compreensão plena da relação entre os EUA e Israel.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINELLI, Isabela; HUBERMAN, Bruno; NASSER, Reginaldo. **Guerra Global ao Terror: o “urbicídio” no centro da aliança EUA-Israel**. Fortaleza: Tensões Mundiais, v. 20, n. 42, p. 263-285, 2024.
- AL SARHAN, Atallah S. **United States Foreign Policy and the Middle East**. Atlanta: Open Journal of Political Science, v. 7, p. 454-472, 2017.
- AMERICAN-ISRAELI COOPERATIVE ENTERPRISE (AICE). **History & Overview of U.S. Foreign Aid to Israel**. Jewish Virtual Library, s.d. Disponível em: <<https://www.jewishvirtuallibrary.org/history-and-overview-of-u-s-foreign-aid-to-israel>>. Acesso em: 16 set. 2024.
- AMIN, Samir. **The Law of Worldwide Value**. New York: Monthly Review Press, 2010.
- ANDERSON, Perry. **A Política Externa Norte-Americana e seus Teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ARIDAN, Natan. **Advocating for Israel: Diplomats and Lobbyists from Truman to Nixon**. Lexington Books: Lanham, 2017.
- BAR-SIMAN-TOV, Yaacov. **The United States and Israel since 1948: a "special relationship"?**. Oxford: Diplomatic History, v. 22, n. 2, p. 231-262, abr. 1998.
- BEININ, Joel; HAJJAR, Lisa. **Palestine, Israel and the Arab-Israeli Conflict**. Middle east research and information project, 2014.
- BEININ, Joel. The US-Israeli Alliance. In: BEININ, Joel; HADDAD, Bassam; SEIKALY, Sherene (ed.). **A Critical Political Economy of the Middle East and North Africa**. Stanford: Stanford University Press, 2021, p. 196-214.
- BEN-ZVI, Abraham. **John F. Kennedy and the Politics of Arms Sales to Israel**. New York: Frank Cass Publishers, 2002.
- BEN-ZVI, Abraham. **Lyndon B. Johnson and the politics of arms sales to Israel**. London: Frank Cass Publishers, 2004.
- CHOMSKY, Noam. **Fateful Triangle: The United States, Israel, and the Palestinians**. Chicago: Haymarket Books, 1983.
- CHOMSKY, Noam. **The Israel Lobby?**. Znet, 2006. Disponível em: <<https://chomsky.info/20060328/>>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- COX, Robert. Structural Issues of Global Governance: Implications for Europe. In: GILL, Stephen (ed.). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press. 1993, p. 258-289.
- ELGINDY, Khaled. **Blind Spot: America and the Palestinians, from Balfour to Trump**. Washington: Brookings Institution Press, 2019.

EMANUELE, Francesca. **Gaza Is Causing Diplomatic Rifts in the Western Hemisphere**. Foreign Policy, set. 2024. Disponível em: <<https://archive.ph/20240914152647/https://foreignpolicy.com/2024/09/12/israel-palestine-gaza-war-oas-latin-america-almagro-us-far-right/#selection-3281.0-3286.0>>. Acesso em 25 out. 2024.

GILL, Stephen (edt). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press. 1993.

HAFEZ, Ziad. **Review: Against our better judgment: the hidden history of how the U.S. was used to create Israel** by Alison Weir. Contemporary Arab Affairs, v. 8, n. 2 (April-June 2015), p. 252-255, jun. 2015. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/48600068>>. Acesso em 30 out. 2024.

LEVEY, Zach. JFK and the U.S.-Israeli Relationship. In: BASS, Warren. **Support Any Friend: Kennedy's Middle East and the Making of the U.S.-Israel Alliance**. New York: Oxford University Press, p. 379-382, 2003.

LIU, Feng; ZHANG, Ruizhuang. **The Typologies of Realism**. Chinese Journal of International Politics, v. 1, p. 109-134, 2006.

MEAD, Walter Russel. **Jerusalem Syndrome: Decoding The Israel Lobby**. Foreign Affairs, 2007. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/reviews/review-essay/2007-11-01/jerusalem-syndrome>>. Acesso em: 26 out. 2024.

MASTERS, Jonathan; MERROW, Will. **U.S. Aid to Israel in Four Charts**. Council on Foreign Relations [online], United States, abri. 2024. Disponível em: <<https://www.cfr.org/article/us-aid-israel-four-charts>>. Acesso em: 22/05/2024.

MCGREAL, Chris. **The pro-Israel groups planning to spend millions in US elections**. The Guardian, apr. 2024. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2024/apr/22/aipac-pro-israel-lobby-group-us-elections>>. Acesso em: 06 nov. 2026

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. **The Israel Lobby**. London Review of Books, v. 28, n. 6, mar. 2006. Disponível em: <<https://www.lrb.co.uk/the-paper/v28/n06/john-mearsheimer/the-israel-lobby>>. Acesso em: 26 out. 2024.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. **The Israel Lobby and U.S.** Foreign Policy. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. São Paulo: UnB, 2003.

MOREIRA, Felipe Ker. **O realismo atávico de John J. Mearsheimer**: breve ensaio teórico. Cadernos do CIM/UFPEL, v. 1 n. 1, p.103-119, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/CIM/article/view/10893>>. Acesso em: 25 out. 2024.

NYE, Joseph; KEOHANE, Robert. **Power and Interdependence**. London: Pearson, 2012.

O'DELL, Hope. **How much financial assistance has the US given Israel?** Chicago Council on Global Affairs [online], United States, abri. 2024. Disponível em: <<https://globalaffairs.org/bluemarble/how-much-financial-assistance-has-us-given-israel>>. Acesso em: 23/05/2024.

OREN, Michael. **Six Days of War**. New York: Rosetta Books, 2004.

PLITNICK, Mitchell. Biden or not, U.S. policy on Palestine stays the same. Mondoweiss, 2024. Disponível em: <<https://mondoweiss.net/2024/07/>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

ROSE, Gideon. **Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy**. World Politics, v. 51, n. 1, p. 144-172, oct. 1998.

RICKS, Eldin. **United States Economic Assistance to Israel: 1949-1960**. 1970. 291 f. Tese (Doctor of Philosophy) - The Dropsie University, Pennsylvania, Philadelphia, 1970. Disponível em: <<https://repository.upenn.edu/entities/publication/7c718069-382c-4837-9713-60e5fe42c7f3>>. Acesso em: 16 set. 2024.

SECURITY COUNCIL. **Resolution 242** (1967), nov. 1967. Disponível em: <<https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SCRes242%281967%29.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2024.

SEMLER, Stephen. **How much military aid is the US giving Israel?** Polygraph, 2024a. Disponível em: <https://www.stephensemmler.com/p/how-much-military-aid-is-the-us-giving?utm_source=profile&utm_medium=reader2>. Acesso em: 06 nov. 2024.

SEMLER, Stephen. **How much military aid is the US giving Israel?** Polygraph, 2024b. Disponível em: <<https://stephensemmler.substack.com/p/how-much-military-aid-is-the-us-giving>>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SILVA, Irma D. G. O.; LABRIOLA, Pedro. **Role Theory como terceira via nas Relações Internacionais**. Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD, v. 8, n. 15, p. 73–102. Disponível em: <<https://doi.org/10.30612/rmufgd.v8i15.11531>>. Acesso em 26 out. 2024.

SCHEINDLIN, Dahlia. **Can America's Special Relationship With Israel Survive?.** Foreign Affairs, 2024. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/israel/can-americas-special-relationship-israel-survive>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SPERI, Alice. **Biden Moves Ahead on Trump Plan to Build Israel Embassy on Stolen Palestinian Land**. The Intercept, 2022. Disponível em: <<https://theintercept.com/2022/12/15/>>. Acesso em: 13 jul. 2024.

THE Lobby - USA [Seriado]. Direção: Al Jazeera Investigations. Produção: Al Jazeera. Catar: Al Jazeera Media Network, 2018. 1 temporada, 4 episódios, son., color. Disponibilizado por The Electronic Intifada. Disponível em: <<https://youtu.be/3lSjXhMUVKE>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

THIES, Cameron G. **The United States, Israel, and the Search for International Order: Socializing States**. New York: Routledge, 2013.

THOMAS, Michael. **American Policy Toward Israel: The power and limits of beliefs**. New York: Routledge, 2007.

UNITED NATIONS. **The Ceasefire/Standstill Proposal**, June 1970. Disponível em: <<https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-209696/>>. Acesso em: 05 set. 2024.

VOHRA, Anchal. **Israel's International Assassination Campaign Won't Be Easy**. Foreign Policy, jan. 2024. Disponível em: <<https://archive.ph/20240118231201/https://foreignpolicy.com/2024/01/17/israel-gaza-hamas-assassination-qatar-turkey/#selection-2897.0-2902.0>>. Acesso em 25 out. 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno**. Nova York: Academic Press, 1974.

WALT, Stephen M. **5 Reasons the Israel-Palestine Conflict Won't End Anytime Soon**. Foreign Policy, jan. 2024a. Disponível em: <<https://archive.ph/20240524125232/https://foreignpolicy.com/2024/01/08/israel-palestine-conflict-gaza-hamas/#selection-3037.0-3042.0>>. Acesso em 25 out. 2024.

WALT, Stephen M. **Israel Could Win This Gaza Battle and Lose the War**. Foreign Policy, out. 2023. Disponível em: <<https://archive.ph/20231105205059/https://foreignpolicy.com/2023/10/09/israel-hamas-gaza-war-battle/#selection-1225.0-1230.0>>. Acesso em: 25 out. 2024.

WALT, Stephen M. **The United States Has Less Leverage Over Israel Than You Think**. Foreign Policy, mar. 2024b. Disponível em: <<https://archive.ph/20240325191919/https://foreignpolicy.com/2024/03/21/us-israel-leverage-biden-netanyahu/#selection-2985.0-2990.0>>. Acesso em: 25 out. 2024.

WAXMAN, Dov. **American Jews and the Israeli-Palestinian Conflict: Part of the Problem or Part of the Solution?** Political Science Quarterly, v. 132, n. 2, nov. 2017. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/45176146>>. Acesso em: 29 out. 2024.

WAXMAN, Dov; PRESSMAN, Jeremy. **The Rocky Future of the US-Israeli Special Relationship**. The Washington Quarterly, v. 44, n. 2, p. 75-93, 2021.

WEIR, Alison. **Against Our Better Judgment: The hidden history of how the U.S. was used to create Israel**. Scotts Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2014.